



FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE (FESPORTE) - INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 35/2026. Objeto: Apoio financeiro para a Federação Catarinense de Triathlon para aquisição materiais e equipamentos, inclusive para uso nas competições da FESPORTE: Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte); Organização Parceira: Federação Catarinense de Triathlon, inscrita no CNPJ sob o n. 00.799.147/0001-93; Instrumento: Termo de Fomento; Valor do Concedente: R\$ 40.000,00; Fundamento Legal: art. 31 Lei federal n. 13.019/2014; e art. 8º, § 2º do Decreto Estadual n. 1.196/2017; Justificativa: O caso se amolda, portanto, na modalidade de inexigibilidade de chamamento público. A documentação juntada aos autos, confirmou que a Federação é filiada à Confederação e a única entidade de administração da modalidade no Estado de Santa Catarina. Além disso, a Diretoria de Esporte da FESPORTE manifestou-se favoravelmente ao pedido, inclusive porque se mostra alinhado ao interesse público esportivo, porquanto a modalidade integra o cenário esportivo catarinense e esta Fundação não dispõe dos materiais solicitados. Neste contexto, a exclusividade demonstrada impossibilita a concorrência para o objeto, tornando inexigível o chamamento público. Como se demonstrou retro, a interessada possui exclusividade concedida pela confederação, fato que impossibilita a concorrência para tal objeto, porquanto não existem outras entidades da modalidade com capacidade técnica e legal, além de expertise e vinculação exclusiva com a confederação. Neste sentido, existe, portanto, demonstração suficiente de que é inviável a competição entre a interessada com outras entidades para consecução do objeto, em razão de sua natureza singular, além disso, a interessada tem qualificação e capacidade técnica e operacional para realizar o objeto da parceria. Não obstante, a proposta apresentada é de grande relevância para o esporte do Estado de Santa Catarina e para a sociedade, tanto como fomento e incentivo à prática esportiva, quanto como facilitação e promoção da política pública de esporte. O incentivo, portanto, está intimamente atrelado ao interesse público, porquanto vai possibilitar tanto a oportunidade de formação e aperfeiçoamento esportivo, quando o engrandecimento da modalidade desenvolvida no Estado de Santa Catarina para o nível nacional, o que torna clara a relevância social, econômica e também o impacto na formação dos atletas. Não é o caso, outrossim, de aquisição própria para a FESPORTE, vez que, conforme indicado pela Diretoria Esportiva, este órgão não possui condições físicas para a guarda e manutenção dos materiais, muito menos condições técnicas para garantia de sua qualidade, durabilidade e adequada utilização nos eventos. Especialmente importante frisar que, em que pese as vedações estabelecidas para os anos eleitorais, o atendimento do pedido não encontra restrição na Lei n. 9.504/1997, que estabelece vedações para os agentes públicos, a fim de não afetar a igualdade de oportunidade entre os candidatos, nem mesmo no Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Estadual, referente as Eleições Gerais de 2026, editado pela Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina. Unidade Orçamentária: 410073 – FESPORTE; Fonte: 2.500.100.000.

Florianópolis, 13 de maio de 2026.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **J57GJW75**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JEFERSON RAMOS BATISTA (CPF: 912.XXX.429-XX) em 13/05/2026 às 14:46:42

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:08:22 e válido até 13/07/2118 - 14:08:22.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/RkVTUE9SVEVfNDI3N18wMDAwMTUwNF8xNTA0XzlwMjZfSjU3R0pXNzU=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **FESPORTE 00001504/2026** e o código **J57GJW75** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.